

# Data Venia



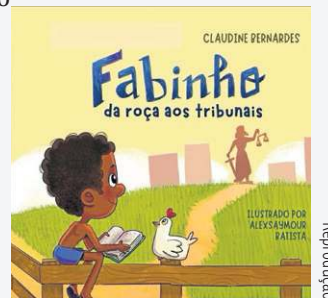
Ana Maria Campos  
camposanamaria5@gmail.com

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



## Da roça aos tribunais

O juiz Fábio Esteves, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), sempre foi admirado pela trajetória: de menino preto do interior, com poucos recursos, incentivado pelo pai analfabeto e pela própria determinação chegou à magistratura na capital do país. Agora a vida do juiz vai servir de incentivo para as crianças. A história de Esteves vai virar livro infantil: *Fabinho, da roça aos tribunais*. A publicação que surgiu de um projeto no Mato Grosso do Sul — cidade natal de Esteves — será lançada em agosto. É mais do que tudo uma lição divertida para a garotada compreender que o sucesso está ao alcance para quem não desiste. Fábio Esteves caminhava horas para chegar na sala de aula e chegou a dormir na escola para não perder nada.



Reprodução



## Segunda edição do Enam

Quem quiser vestir a toga de juiz pode começar a se preparar para passar no funil. Saiu o edital da segunda edição do Exame Nacional da Magistratura (Enam), regulamentado e organizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). As inscrições estarão disponíveis a partir das 16h de 15 de julho até as 16h de 15 de agosto. As provas serão aplicadas em todas as capitais brasileiras em 20 de outubro, tendo como banca examinadora a FGV Conhecimento. Com caráter eliminatório, a prova é etapa obrigatória para quem quer concorrer a concursos públicos para ingresso na magistratura.

TJPR/Divulgação



## Juiz do Paraná reconhece conceito de família multiespécie

O cachorro Rock, de sete meses, tornou-se um precedente jurídico. O cãozinho com pelagem curta, orelhas grandes, rabo cortado, olhos verdes e cara preta, fugiu da coleira e foi atropelado na manhã de 18 de maio em Curitiba. O motorista não parou para socorrê-lo e seu tutor pediu ajuda à prefeitura, que prestou assistência veterinária ao Rock. Mas, após a sua recuperação, não foi autorizada a devolução do animal ao tutor, com a alegação de que era uma pessoa socialmente vulnerável em situação de rua. A Defensoria Pública entrou no caso e anexou a “carteira de identidade animal” de Rock, na qual constam os nomes dos tutores como pai e mãe, foto e até a digital da patinha, como prova do vínculo de afeto. Na descrição de Rock na carteira, os tutores também escreveram que ele “gosta de dormir, brincar, comer”.

O juiz Diego Santos Teixeira, do 15º Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba, reconheceu o conceito de família multiespécie e fundamentou a decisão no artigo 226 da Constituição Federal, que institui que a família é a base da sociedade e que tem especial proteção do Estado. O magistrado registrou: “Não se pode ignorar que, atualmente, se fala em ‘família multiespécie’, como aquela formada pelo núcleo familiar humano em convivência compartilhada com seus animais de estimação”.

Ed Alves/CB/D.A Press



## Responsabilidade pelas tragédias

Audiência nesta sexta-feira na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) reunirá representantes das vítimas de Brumadinho, Mariana, Maceió, Boate Kiss e Ninho do Urubu. Até hoje, ninguém foi responsabilizado pelo o que aconteceu nessas tragédias que mataram 544 pessoas, deixaram centenas de milhares de sobreviventes com sequelas físicas e emocionais

## Tecnologia e inovação aplicadas na Justiça

Chega à sua 8ª edição o Expojud, um congresso que se destaca por reunir integrantes do ecossistema de Justiça para explorar inovações em tecnologia e direito. O evento ocorrerá em 15, 16 e 17 de outubro no Royal Tulip Brasília Alvorada.

Durante o congresso, serão oferecidos treinamentos técnicos especializados, abordando temas como IA Generativa, Cibersegurança, Blockchain, Big Data e muito mais, todos com certificados. A 8ª edição do Expojud é uma iniciativa do J.Ex, movimento idealizado para auxiliar instituições e pessoas a se prepararem para o futuro da Justiça por meio da aplicação de tecnologia e inovação.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



**“Ao se tornar habitual e naturalizada, a discriminação dá ensejo à violência e gera práticas sociais que permitem ataques contra a integridade, saúde e liberdade da mulher. A responsabilidade do Poder Judiciário e de seus membros, nesse mister, é inafastável”**

Ministro Luis Felipe Salomão,  
corregedor nacional de Justiça

## Vínculo trabalhista

O Supremo Tribunal Federal (STF) cassou acórdão da Justiça do Trabalho gaúcha e reforçou a jurisprudência sobre a validade do contrato de franquia. No julgamento de Reclamação Constitucional 69.378, a ministra Cármen Lúcia, do STF, confirmou a inexistência de vínculo de emprego na relação entre franqueado e franqueadora e derrubou uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (TRT-4), que havia reconhecido vínculo trabalhista entre um empresário (dono de corretora franqueada de seguros) e a seguradora Prudential, que possui uma rede de franquias.